

PREFÁCIO

“Isso matará aquilo. O livro matará o edifício.” Hugo coloca sua célebre fórmula na boca de Claude Frolo, arqui-diácono de Notre-Dame de Paris. Provavelmente a arquitetura não morrerá, mas perderá sua função de bandeira de uma cultura que se transforma. “Quando a comparamos ao pensamento que se faz livro, e para o qual basta um pouco de papel, um pouco de tinta e uma pena, como se espantar com o fato de a inteligência ter trocado a arquitetura pela tipografia?” Nossas “Bíblias de pedra” não desapareceram, mas, estranhamente, no fim da Idade Média, o conjunto da produção dos textos manuscritos, depois impressos, esse “formigueiro das inteligências”, essa “colmeia onde todas as imaginações, essas abelhas douradas, aportam com seu mel”, desqualificou-as. Da mesma forma, se o livro eletrônico terminar por se impor em detrimento do livro impresso, há poucas razões para que seja capaz de tirá-lo de nossas casas e de nossos hábitos. Portanto, o e-book não matará o livro — como Gu-

tenberg e sua genial invenção não suprimiram de um dia para o outro o uso dos códices, nem este o comércio dos rolos de papiros ou *volumina*. Os usos e costumes coexistem e nada nos apetece mais do que alargar o leque dos possíveis. O filme matou o quadro? A televisão o cinema? Boas-vindas então às pranchetas e periféricos de leitura que nos dão acesso, através de uma única tela, à biblioteca universal doravante digitalizada.

A questão está antes em saber que mudança a leitura na tela introduzirá no que até hoje abordamos virando as páginas dos livros. O que ganharemos com esses novos livrinhos brancos, e, principalmente, o que perdemos? Hábitos ancestrais, talvez. Certa sacralidade com que o livro foi aureolado no contexto de uma civilização que o instalara no altar. Uma intimidade especial entre o autor e seu leitor que a noção de hipertextualidade irá necessariamente constranger. A ideia de “cercado” que o livro simbolizava e, justamente por isso, evidentemente, algumas práticas de leitura. “Ao romper o antigo laço atado entre os discursos e sua materialidade”, declarava Roger Chartier durante sua aula inaugural no Collège de France, “a revolução digital obriga a uma radical revisão dos gestos e noções que associamos ao escrito.” Profundas revoluções provavelmente, mas das quais voltaremos a emergir.

A finalidade das conversas entre Jean-Claude Carrière e Umberto Eco não era estatuir sobre a natureza das transformações e perturbações talvez anunciadas pela adoção em grande escala (ou não) do livro eletrônico. Sua experiência de bibliófilos, colecionadores de livros antigos e raros, pesquisadores e farejadores de incunábulos, os faz antes aqui considerar o livro, como a roda, uma

espécie de perfeição insuperável na ordem do imaginário. Quando a civilização inventa a roda, vê-se condenada a se repetir *ad nauseam*. Quer escolhamos fazer remontar a invenção do livro aos primeiros códices (aproximadamente no século II de nossa era) ou aos rolos de papiros mais antigos, achamo-nos diante de uma ferramenta que, independentemente das mutações que sofreu, mostrou-se de uma extraordinária fidelidade a si mesma. O livro aparece aqui como uma espécie de “roda do saber e do imaginário” que as revoluções tecnológicas, anunciadas ou temidas, não deterão. Uma vez feita esta consoladora observação, o debate real pode ter início.

O livro está prestes a fazer sua revolução tecnológica. Mas o que é um livro? Quais são os livros que, nas nossas estantes, nas das bibliotecas do mundo inteiro, encerram os conhecimentos e devaneios que a humanidade acumula desde que se viu em condições de se escrever? Que imagem temos dessa odisséia do espírito através deles? Que espelhos eles nos estendem? Não considerando senão a nata dessa produção, as obras-primas em torno das quais se estabelecem os consensos culturais, estaremos sendo fiéis à sua função característica que é simplesmente guardar em lugar seguro o que o esquecimento ameaça sempre destruir? Ou devemos aceitar uma imagem menos lisonjeadora de nós mesmos considerando a extraordinária inteligência que caracteriza também essa profusão de escritos? O livro é necessariamente o símbolo dos progressos com que tentamos fazer esquecer as trevas das quais continuamos a acreditar que agora saímos? Do que nos falam exatamente os livros?

A essas preocupações sobre a natureza do testemunho que nossas bibliotecas dão de um conhecimento mais

sincero de nós mesmos, vêm acrescentar-se interrogações sobre o que subsistiu até nós. Os livros são o reflexo fiel do que o gênio humano, mais ou menos inspirado, produziu? Mal se coloca, a questão desorienta. Como não nos lembrar imediatamente daquelas fornalhas onde tantos livros continuam a se consumir? Como se os livros e a liberdade de expressão de que eles logo vieram a se tornar símbolo tivessem engendrado inúmeros censores preocupados em controlar seu uso e sua distribuição, e às vezes confiscá-los para sempre. E, quando não foi o caso de destruição organizada, foram bibliotecas inteiras que o fogo, por simples paixão de queimar e reduzir a cinzas, levou ao silêncio — as fogueiras vindo como que alimentar-se umas às outras até consolidar a ideia de que essa incontrolável profusão legitimava uma forma de regulação. Logo, a história da produção dos livros é indissociável da de um verdadeiro bibliocausto, sempre recomeçado. Censura, ignorância, imbecilidade, inquisição, auto de fé, negligência, distração, incêndio terão assim constituído outros tantos escolhos, às vezes foices, no caminho dos livros. Todos os esforços de arquivamento e conservação nunca impediram que *Divinas comédias* permanecessem para sempre desconhecidas.

Dessas considerações sobre o livro e sobre os livros que, a despeito de todos esses impulsos destruidores, sobreviveram, procedem duas ideias em torno das quais essas conversas intermitentes, travadas em Paris na casa de Jean-Claude Carrière e em Monte Cerignone, na casa de Umberto Eco, se organizaram. O que chamamos de cultura é na realidade um longo processo de seleção e filtragem. Coleções inteiras de livros, pinturas, filmes, histórias em quadrinhos, objetos de arte fo-

ram assim açambarcadas pela mão do inquisidor, ou desapareceram nas chamas, ou se perderam por simples negligência. Era a melhor parte do imenso legado dos séculos precedentes? Era a pior? Nesse domínio da expressão criadora, recolhemos as pepitas ou a lama? Ainda lemos Eurípides, Sófocles, Ésquilo, que vemos como os três grandes poetas trágicos gregos. Mas quando Aristóteles, na *Poética*, sua obra dedicada à tragédia, cita os nomes de seus mais ilustres representantes, não menciona nenhum desses três nomes. O que perdemos era melhor, mais representativo do teatro grego do que o que conservamos? Quem agora irá nos tirar essa dúvida?

Seria um consolo pensar que em meio aos rolos de papiros desaparecidos no incêndio da biblioteca de Alexandria, e de todas as bibliotecas que se evolveram na fumaça, adormeciam eventuais porcarias, obras-primas do mau gosto e da estupidez? Diante dos tesouros de nulidade que nossas bibliotecas abrigam, saberemos relativizar essas imensas perdas do passado, esses assassinatos voluntários ou não de nossa memória, para nos satisfazer com o que conservamos e que nossas sociedades, equipadas com todas as tecnologias do mundo, ainda procuram colocar em lugar seguro sem o conseguir duradouramente? Seja qual for nossa insistência em fazer o passado falar, nunca poderemos encontrar em nossas bibliotecas, nossos museus ou nossas cinematecas senão as obras que o tempo não fez, ou não pôde fazer, desaparecer. Mais que nunca, compreendemos que a cultura é muito precisamente o que resta quando tudo foi esquecido.

Mas o mais saboroso dessas conversas talvez seja essa homenagem prestada à burrice, que vela, silenciosa, sobre o imenso e obstinado labor da humanidade e nunca

pede desculpas por ser eventualmente peremptória. É precisamente nesse ponto que o encontro entre o semiólogo e o roteirista, colecionadores e aficionados de livros, ganha todo o seu sentido. O primeiro reuniu uma coleção de livros raríssimos sobre a grandeza e o erro humano, na medida em que, para ele, eles condicionam toda tentativa de fundar uma teoria da verdade. “O ser humano é uma criatura literalmente extraordinária”, explica Umberto Eco. “Descobriu o fogo, construiu cidades, escreveu magníficos poemas, deu interpretações do mundo, inventou imagens mitológicas etc. Porém, ao mesmo tempo, não cessou de guerrear seus semelhantes, de se enganar, de destruir seu meio ambiente etc. O equilíbrio entre a alta virtude intelectual e a baixa idiotice dá um resultado mais ou menos neutro. Logo, decidindo falar da burrice, de certa forma prestamos uma homenagem a essa criatura que é um tanto genial e outro tanto imbecil.” Se os livros devem ser o reflexo exato das aspirações e aptidões de uma humanidade em busca de existir mais e melhor, então eles devem necessariamente traduzir esse excesso de honra e essa indignidade. Assim, tampouco esperamos nos livrar desses livros mentirosos, fraudulentos, até mesmo, do nosso infalível ponto de vista, completamente estúpidos. Eles nos seguirão como sombras fiéis até o fim dos nossos tempos e falarão sem mentir do que fomos e, mais que isso, do que somos. Isto é, exploradores apaixonados e obstinados mas, a bem da verdade, sem escrúpulo algum. O erro é humano na medida em que pertence apenas àqueles que procuram e se enganam. Para cada equação resolvida, cada hipótese verificada, cada teste renovado, cada visão partilhada, quantos caminhos que não levam a lugar nenhum? Assim, os livros ilu-

minam o sonho de uma humanidade finalmente desven-
cilhada de suas fatigantes torpezas, ao mesmo tempo que
o deslustram e escurecem.

Roteirista de renome, homem de teatro, ensaísta, Jean-
Claude Carrière não demonstra menos simpatia por esse
monumento desconhecido e, segundo ele, não muito vi-
sitado, que é a burrice, à qual dedicou um livro constan-
tamente reeditado: “Quando realizamos, nos anos 1960,
com Guy Bechtel, nosso *Dicionário da burrice*, que teve
diversas edições, ruminamos: Por que só dar valor à his-
tória da inteligência, das obras-primas, dos grandes mo-
numentos do espírito? A burrice, cara a Flaubert, nos pa-
recia infinitamente mais difundida, o que é óbvio, mas
também mais fecunda, mais reveladora e, num certo sen-
tido, mais correta.” Ora, essa atenção dada à burrice pu-
sera-o na situação de compreender perfeitamente os es-
forços de Eco no sentido de reunir os testemunhos mais
bombásticos sobre essa ardente e cega paixão pelo equí-
voco. Provavelmente era possível detectar entre o erro e a
burrice uma espécie de parentesco, ou até de secreta cum-
plicidade, que nada, através dos séculos, parecera em
condições de desbaratar. Mas o mais espantoso para nós:
existia entre as interrogações do autor do *Dicionário da
burrice* e as do autor de *La guerre du faux* [A guerra da
fraude] afinidades eletivas e afetivas que essas conversas
revelaram amplamente.

Observadores e cronistas ressabiados desses acidentes
de percurso, convencidos de que podemos captar alguma
coisa da humana aventura tanto por seus brilhos como
por suas frustrações, Jean-Claude Carrière e Umberto
Eco entregam-se aqui a uma improvisação flamejante em
torno da memória, a partir dos fiascos, das lacunas, dos

esquecimentos e das perdas irremediáveis que, assim como nossas obras-primas, a constituem. Divertem-se mostrando como o livro, a despeito dos estragos operados pelas filtragens, terminou por atravessar todas as malhas cerradas, para o melhor e às vezes para o pior. Diante do desafio representado pela digitalização universal dos escritos e da adoção das novas ferramentas de leitura eletrônica, essa evocação das venturas e desventuras do livro permite relativizar as mutações anunciadas. Homenagem risonha à galáxia de Gutenberg, essas conversas irão arrebatá-los todos os leitores e apaixonados pelo objeto livro. Não é impossível que também alimentem a nostalgia dos detentores de e-books.

Jean-Philippe de Tonnac

ABERTURA

O livro não morrerá

Jean-Claude Carrière: Na última cúpula de Davos, em 2008, a propósito dos fenômenos que irão abalar a humanidade nos próximos 15 anos, um futurólogo consultado propunha deter-se apenas nos quatro principais, que lhe pareciam inexoráveis. O primeiro é um barril de petróleo a 500 dólares. O segundo diz respeito à água, fadada a tornar-se um produto comercial de troca exatamente como o petróleo. Teremos uma cotação da água na Bolsa. A terceira previsão refere-se à África, que se tornará seguramente uma potência econômica nas próximas décadas, o que todos desejamos.

O quarto fenômeno, segundo esse profeta profissional, é o desaparecimento do livro.

Portanto, a questão é saber se a evaporação definitiva do livro, se ele de fato vier a desaparecer, pode ter consequências, para a humanidade, análogas às da escassez prevista da água, por exemplo, ou de um petróleo inacessível.

Umberto Eco: O livro irá desaparecer em virtude do surgimento da Internet? Escrevi sobre o assunto na época, isto é, no momento em que a questão parecia pertinente. Agora, sempre que me pedem para eu me pronunciar, não faço senão reescrever o mesmo texto. Ninguém percebe isso, principalmente porque nada mais inédito do que o que foi publicado; e, depois, porque a opinião pública (ou pelo menos os jornalistas) tem sempre essa ideia fixa de que o livro vai desaparecer (ou então são esses jornalistas que acham que seus leitores têm essa ideia fixa) e cada um formula incansavelmente a mesma indagação.

Na realidade, há muito pouca coisa a dizer sobre o assunto. Com a Internet, voltamos à era alfabética. Se um dia acreditamos ter entrado na civilização das imagens, eis que o computador nos reintroduz na galáxia de Gutenberg, e doravante todo mundo vê-se obrigado a ler. Para ler, é preciso um suporte. Esse suporte não pode ser apenas o computador. Passe duas horas lendo um romance em seu computador, e seus olhos viram bolas de tênis. Tenho em casa óculos polaroides que protegem meus olhos contra os danos de uma leitura contínua na tela. A propósito, o computador depende da eletricidade e não pode ser lido numa banheira, tampouco deitado na cama. Logo, o livro se apresenta como uma ferramenta mais flexível.

Das duas, uma: ou o livro permanecerá o suporte da leitura, ou existirá alguma coisa similar ao que o livro nunca deixou de ser, mesmo antes da invenção da tipografia. As variações em torno do objeto livro não modificaram sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos. O livro é como a colher, o martelo, a roda

ou a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados. Você não pode fazer uma colher melhor que uma colher. Designers tentam melhorar, por exemplo, o saca-rolhas, com sucessos bem modestos, e, por sinal, a maioria nem funciona direito. Philippe Starck tentou inovar do lado dos espremedores de limão, mas o dele (para salvaguardar certa pureza estética) deixa passar os caroços. O livro venceu seus desafios e não vemos como, para o mesmo uso, poderíamos fazer algo melhor que o próprio livro. Talvez ele evolua em seus componentes, talvez as páginas não sejam mais de papel. Mas ele permanecerá o que é.

JCC: Parece que as últimas versões do e-book colocam-no agora em concorrência direta com o livro impresso. O modelo “Reader” já traz 160 títulos.

UE: É óbvio que um magistrado levará mais confortavelmente para sua casa as 25 mil páginas de um processo em curso se elas estiverem na memória de um e-book. Em diversos domínios, o livro eletrônico proporcionará um conforto extraordinário. Continuo simplesmente a me perguntar se, mesmo com a tecnologia mais bem adaptada às exigências da leitura, será viável ler *Guerra e paz* num e-book. Veremos. Em todo caso, não poderemos mais ler os Tolstói e todos os livros impressos na pasta de papel, pura e simplesmente porque eles já começaram a se desfazer em nossas estantes. Os livros da Gallimard e da Vrin dos anos 1950 já desapareceram em grande parte. *A filosofia na Idade Média*, de Gilson, que me foi tão útil na época em que eu preparava minha tese, não posso sequer folheá-lo hoje em dia. As páginas literal-

mente quebram. Eu poderia comprar uma nova edição, claro, mas é à velha que sou afeiçoado, com todas as minhas anotações em cores diferentes compondo a história das minhas diversas consultas.

Jean-Philippe de Tonnac: *Com o aprimoramento de novos suportes cada vez mais bem adaptados às exigências e ao conforto de uma leitura em qualquer lugar, seja a das enciclopédias ou dos romances on-line, por que não imaginar, apesar de tudo, um lento desinteresse pelo objeto livro sob sua forma tradicional?*

UE: Tudo pode acontecer. Amanhã, os livros podem vir a interessar apenas a um punhado de irredutíveis que irão saciar sua curiosidade nostálgica em museus e bibliotecas.

JCC: Se ainda existirem.

UE: Mas também é possível imaginar que a formidável invenção que é a Internet venha a desaparecer por sua vez, no futuro. Exatamente como os dirigíveis abandonaram nossos céus. Quando o *Hindenburg* pegou fogo em Nova York, pouco antes da guerra, o futuro dos dirigíveis morreu. Mesma coisa com o Concorde: o acidente de Gonesse, em 2000, foi fatal para ele. Inventamos um avião que, em vez de levar oito horas para atravessar o Atlântico, exige apenas três. Quem poderia contestar esse progresso? Mas desistimos dele, após a catástrofe de Gonesse, ponderando que o Concorde custa muito caro. Este é um motivo sério? A bomba atômica também custa muito caro!

JPT: *Cito-lhes esta observação de Hermann Hesse a respeito da possível “relegitimação” do livro que os progressos técnicos, segundo ele, iriam permitir. Ele deve ter dito isso nos anos 1950: “Quanto mais, com o passar do tempo, as necessidades de distração e educação popular puderem ser satisfeitas com invenções novas, mais o livro resgatará sua dignidade e autoridade. Ainda não alcançamos plenamente o ponto em que as jovens invenções concorrentes, como o rádio, o cinema etc., confiscam do livro impresso a parte de suas funções que ele pode justamente perder sem danos.”*

JCC: Nesse sentido, ele não se enganou. O cinema e o rádio, a própria televisão, não tiraram nada do livro, nada que lhe tenha causado “danos”.

UE: Num certo momento, os homens inventaram a escrita. Podemos considerar a escrita como o prolongamento da mão e, nesse sentido, ela é quase biológica. Ela é a tecnologia da comunicação imediatamente ligada ao corpo. Quando você inventa uma coisa dessas, não pode mais dar para trás. Repito, é como ter inventado a roda. Nossas rodas de hoje são iguais às da pré-história. Ao passo que nossas invenções modernas, cinema, rádio, Internet, não são biológicas.

JCC: Você tem razão em apontar isso: nunca tivemos tanta necessidade de ler e escrever quanto em nossos dias. Não podemos utilizar um computador se não soubermos escrever e ler. E, inclusive, de uma maneira mais complexa do que antigamente, pois integramos novos signos, novas chaves. Nosso alfabeto expandiu-se. É cada vez mais difícil aprender a ler. Empreenderíamos um retorno

à oralidade se nossos computadores fossem capazes de transcrever diretamente o que dizemos. Mas isso é outra questão: podemos nos exprimir com clareza sem saber ler nem escrever?

UE: Homero sem dúvida responderia que sim.

JCC: Mas Homero pertence a uma tradição oral. Adquiriu seus conhecimentos por intermédio dessa tradição numa época em que ainda não se havia escrito nada na Grécia. Seria possível imaginar hoje em dia um escritor que ditasse seu romance sem a mediação do escrito e que não conhecesse nada de toda a literatura que o precedeu? Talvez sua obra tivesse o encanto da ingenuidade, da descoberta, do insólito. De toda forma, parece-me que careceria do que denominamos, na falta de termo melhor, cultura. Rimbaud era um rapaz prodigiosamente talentoso, autor de versos inimitáveis. Mas não era o que consideramos um autodidata. Aos 16 anos, sua cultura já era clássica, sólida. Sabia compor versos em latim.